



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



13 de outubro de 2008

Vol. 3 No. 18

| | |
|--|-----------|
| NOTÍCIAS MULTILATERAIS | 1 |
| Membros da OMC retomam negociações agrícolas | 1 |
| Suave transição na OMPI | 2 |
| NOTÍCIAS REGIONAIS | 4 |
| Relações Brasil-Ecuador se estremecem após caso Odebrecht | 4 |
| Brasil pede intervenção da OMC, entre medidas contra os impactos da crise sobre o comércio | 5 |
| BREVES MULTILATERAIS | 7 |
| UE propõe alterações ao Acordo de TI da OMC | 7 |
| Relatório da UNCTAD sobre investimentos avalia desempenho da América Latina | 7 |
| BREVES REGIONAIS | 8 |
| Congresso dos EUA poderá congelar acordos comerciais para 2008 | 8 |
| ATPDEA: possibilidade de suspensão da Bolívia | 9 |
| Caminhos para a prosperidade nas Américas | 9 |
| EVENTOS | 10 |
| INFORMAÇÕES ÚTEIS | 12 |

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Membros da OMC retomam negociações agrícolas

Durante reunião aberta a todos os Membros da OMC, realizada em 1º de outubro, o presidente do comitê de negociações agrícolas da OMC, o Embaixador neozelandês, Crawford Falconer, apresentou sua nova estratégia para tratar das questões mais relevantes das negociações agrícolas. Esta foi a primeira reunião organizada desde o colapso da mini-ministerial realizada em julho passado.

Falconer afirmou que pretende consultar informalmente os Membros sobre temas de interesse específico a cada um. Ressaltou, ainda, que o processo de consultas informais deverá iniciar-se pelos temas mais controversos, tais como, criação de quotas tarifárias, simplificação tarifária, produtos sensíveis, Mecanismo de Salvaguarda Especial (SSM, sigla em inglês), subsídios de caixas verde e azul e algodão. Após a realização de consultas com pequenos grupos, Falconer pretende organizar uma reunião de “Sala D” para 36 delegações, a qual deverá ser seguida de uma reunião aberta a todos os Membros da OMC.

Por meio do processo conhecido pela expressão em inglês “*walk in the woods*” – termo aplicável à realização de reuniões com pequenos grupos, fora do âmbito da OMC -, Falconer almeja transportar as negociações a um plano multilateral. As consultas aos pequenos grupos têm ocorrido junto aos embaixadores ou oficiais seniores e não devem conseguir resolver os detalhes técnicos das questões. Este processo de consultas permite que os Membros apresentem suas idéias de maneira informal e sem compromisso, em uma tentativa de resolver os temas que foram considerados cruciais durante a preparação para a mini-ministerial de julho.

O debate sobre a criação de quotas tarifárias é uma área que ainda não foi muito explorada durante o processo de negociações formais. O tema refere-se à possibilidade de extensão da isenção parcial concedida a produtos sensíveis a linhas tarifárias que não foram declaradas dentro das quotas estabelecidas durante a

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Rodada Uruguai. Isso permitiria que países importadores sensíveis, como Japão e Suíça, melhor protejam produtos agrícolas de seu interesse com quotas tarifárias.

A simplificação tarifária é outro tema que os Membros estão ávidos a resolver. As negociações nesta área se concentrarão em determinar como converter tarifas que não são *ad valorem* em tarifas *ad valorem*, ou ainda, sobre como transformar medidas não percentuais em tarifas percentuais. Nos casos em que o cálculo das tarifas é extremamente complexo, os Membros poderiam simplificá-los ao nível tarifário específico ou a uma medida predeterminada de tarifa por unidade.

Alguns Membros da OMC criticaram o Diretor Geral da Organização, Pascal Lamy, por ter focado as negociações da mini-ministerial de julho nos interesses dos Membros do G-7- grupo formado pelas maiores potências comerciais mundiais, quais sejam Austrália, Brasil, China, Estados Unidos da América (EUA), Índia, Japão e União Européia (UE). O G-7 reuniu-se novamente em setembro, na tentativa de resolver as diferenças que levaram ao fracasso das negociações de julho. De acordo com alguns delegados, temas controversos, como o algodão, não foram suficientemente discutidos durante as reuniões em setembro e muita ênfase foi dada a SSM. Um delegado afirmou, ainda, que será muito difícil superar as divergências entre os Membros do G-7 durante o processo de consultas informais de Lamy.

A estratégia de Falconer foi iniciada em 2 de outubro, quando as principais delegações começaram a se reunir em pequenos grupos para a realização de consultas privadas. Os primeiros temas na agenda de negociações foram: criação de quotas tarifárias e simplificação tarifária, seguidos dos subsídios de caixa verde. Na semana passada foram discutidos temas como SSM, subsídios ao algodão, produtos sensíveis e caixa azul.

Os países envolvidos nas consultas informais afirmaram, entretanto, que os encontros não resultaram em qualquer progresso concreto.

Quanto a Crawford Falconer, este deixará a OMC em dezembro e retornará ao seu país.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 12, N. 33, 8 out. 2008.

Suave transição na OMPI

A última reunião da Assembléia Geral da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) terminou, recentemente, de forma positiva e consensual após anos de controvérsia e polarização. Os Estados Membros da OMPI apoiaram a nomeação do seu novo Diretor-Geral, o australiano Francis Gurry, e pareciam estar dispostos a guiar a Organização em um novo começo.

O presidente da Assembléia Geral da OMPI, o Embaixador Uhomobhi, da Nigéria, enfatizou, em seus comentários finais, o sucesso da reunião deste ano. Uhomobhi afirmou que a Assembléia logrou uma transição suave e harmônica para a OMPI e aclamou o espírito positivo e a boa vontade que marcaram as deliberações. Declarou, ainda, que os Estados Membros estavam unidos em torno da visão, proposta no discurso de aceitação de Francis Gurry, de uma OMPI preparada para abordar os grandes temas e assumir seu lugar como fórum global de discussão sobre propriedade intelectual.

Durante a reunião, realizada em Genebra, entre os dias 22 e 30 de setembro e finalizada um dia antes da data prevista, os Membros reavaliaram as atividades da Organização sobre uma série de áreas importantes e apoiaram, na maioria dos casos, as recomendações adotadas pelos órgãos da OMPI ao longo do ano.

A implementação da Agenda de Desenvolvimento da OMPI surgiu como uma prioridade nas declarações da maioria das delegações, em especial, dos países em desenvolvimento (PEDs), que ressaltaram a necessidade de alocar os recursos necessários para essa implementação e de inserir a dimensão do desenvolvimento em todos os aspectos do trabalho da Organização, já que este é o principal objetivo da Agenda de Desenvolvimento da OMPI.

Neste contexto, os Membros fizeram um balanço do trabalho do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP, sigla em inglês) – criado pela Assembléia Geral em 2007, por ocasião da adoção das 45 recomendações da Agenda de Desenvolvimento da OMPI.

O presidente do CDIP, Embaixador Trevor Clarke, de Barbados, ressaltou que os progressos foram modestos e que ainda há muito trabalho pela frente antes do término do plano de trabalho para a implementação efetiva das 45 recomendações. A Assembléia Geral aprovou um plano de trabalho para a implementação de cinco recomendações discutidas este ano, de uma lista de 26 que requerem recursos adicionais. Sobre este assunto, os Estados Membros concordaram em viabilizar recursos ao secretariado de

acordo com o programa da OMPI e seus processos orçamentários.

Além disso, a Assembléia Geral aprovou o início de consultas para organizar uma conferência de doadores em 2009 com o objetivo de mobilizar recursos adicionais, encorajando a criação de fundos, especialmente para países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), continuando a priorizar atividades financeiras na África.

Na área de direitos de reprodução, a Assembléia Geral revisou as negociações do Comitê sobre Direitos de Reprodução e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês), em particular sobre organizações de teledifusão (*broadcasting*) e transmissão a cabo (*cable casting*), performances audiovisuais, e exceções e limitações aos direitos de reprodução: três temas que deverão ser abordados pelo SCCR em um futuro próximo.

Não se espera muito progresso nos dois primeiros temas, sobre os quais houve uma diminuição no ritmo das negociações nos últimos anos. Por outro lado, o SCCR requisitou ao secretariado que preparasse um estudo sobre exceções e limitações aos direitos de reprodução, em benefício de atividades educacionais, incluindo educação à distância e aspectos transfronteiriços (*cross-border*). Uma reunião informativa sobre os estudos relacionados a esses temas será realizada juntamente com a sessão do SCCR em novembro.

No que diz respeito à exeqüibilidade das normas (*enforcement*), a Assembléia Geral examinou as deliberações da sessão de novembro de 2007 do Comitê sobre Observância das Normas (ACE, sigla em inglês), o qual abordou a questão da cooperação internacional, regional e nacional na área de aplicação dos direitos de propriedade intelectual.

Os países desenvolvidos pediram à OMPI que aumente seus esforços na luta contra a pirataria e as falsificações. Os países latino-americanos reiteraram sua proposta de que as futuras discussões do ACE deveriam ser baseadas na recomendação número 45 da Agenda de Desenvolvimento da OMPI, a qual ressalta a importância de abordar a questão da exeqüibilidade dos direitos de propriedade intelectual no contexto de interesses sociais mais abrangentes e, em especial, de interesses orientados para o desenvolvimento, com referência ao Artigo 7 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês).

No que diz respeito a recursos genéticos, conhecimento tradicional e folclore, a Assembléia Geral reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Comitê

Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (IGC, sigla em inglês) sobre a análise das lacunas existentes na proteção disponível para expressões culturais tradicionais e/ou expressões de folclore e para o conhecimento tradicional. Com a intenção de acelerar o trabalho do Comitê, a sessão de outubro do IGC considerará a criação de mecanismos inter-sessãoais. Os Estados Membros também receberam positivamente a futura implementação do Fundo Voluntário da OMPI para Comunidades Locais e Indígenas, ressaltando que isto teria aumentado significativamente a profundidade e a diversidade da representação no processo do IGC.

Os PEDs, em especial o grupo africano, reafirmaram sua demanda por um instrumento internacional vinculante que proteja recursos genéticos, conhecimento tradicional e expressões do folclore, ao fazer referência a instrumentos regionais recentemente concluídos na África com esses objetivos.

Na área de patentes, os Estados Membros acolheram a retomada das negociações dentro do Comitê Permanente sobre a Lei de Patentes (SCP, sigla em inglês) e ressaltaram o progresso alcançado pelo SCP ao estabelecer um programa de trabalho em sua sessão de junho. Os delegados aprovaram uma recomendação para convocar uma reunião em 2009, que discutirá temas relacionados às implicações das patentes sobre certas áreas de políticas públicas, como, por exemplo, saúde, meio-ambiente, mudanças climáticas e segurança alimentar.

Por fim, a harmonia predominante nas reuniões da Assembléia, realizadas durante este ano, não necessariamente reflete uma diminuição das diferenças substanciais entre os Membros sobre diversas áreas políticas, mas pode indicar, por outro lado, uma maior maturidade das deliberações da organização e uma crescente conscientização de que as prioridades e pontos de vista de todos os países devem ser considerados, conforme prevê o novo programa de trabalho do SCP.

Um delegado de um PED da OMPI afirmou que, em todo caso, a nova liderança da Organização entende que esta não pode mais operar de maneira isolada do restante do mundo e precisa empenhar-se de forma mais significativa em desafios políticos, evitados no passado.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, N. 32, 1 out. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Relações Brasil-Ecuador se estremecem após caso Odebrecht

Em uma clara demonstração da deterioração das relações entre Brasil e Equador, o governo brasileiro anunciou, na última quinta-feira, o cancelamento de uma missão ministerial que teria por objetivo dar apoio financeiro ao Equador para a construção de rodovias. Trata-se de uma manifestação do descontentamento brasileiro com as soluções adotadas pelo governo de Rafael Correa quanto aos recentes acontecimentos envolvendo empresas brasileiras. Dentre as obras afetadas pelo estremecimento das relações entre os dois países estão as rodovias do complexo Manta-Manaus, que ligariam o porto equatoriano de Manta à capital amazonense.

A origem das tensões está nos problemas técnicos ocorridos com a usina hidrelétrica San Francisco, que teve seu funcionamento paralisado em 6 de junho, devido a fissuras em seus túneis condutores de água. O governo equatoriano acusa a Odebrecht, construtora brasileira participante do consórcio responsável pela execução do projeto, de ter incorrido em “erros de fiscalização”, e em possível utilização de materiais de qualidade inferior para acelerar o ritmo da obra – entregue 9 meses antes do prazo, adiantamento que garantiu à Odebrecht o recebimento de um bônus contratual de US\$ 13 milhões. A construtora, presente no Equador há 23 anos, sofre ainda investigações sobre corrupção ativa.

Contudo, o que parecia se tratar de uma simples desavença entre investidor privado e Poder Público acabou por tomar vultosas proporções políticas com a publicação de um decreto presidencial equatoriano que determinou o embargo de todos os bens da construtora no país, a ocupação militar das obras onde atuava e proibiu a saída do país de quatro representantes da empresa. Havia ainda a menção de que os direitos constitucionais desses representantes estariam suspensos, o que lhes afastaria do gozo de prerrogativas básicas como a do devido processo legal – dois destes representantes acabaram abrigados na embaixada brasileira em Quito. Por fim, a questão tomou proporções definitivamente internacionais quando o Presidente Correa declarou que analisava a possibilidade de não pagar o empréstimo de US\$ 243 milhões, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pois este guardava relação com o mal-fadado empreendimento.

Inicialmente, as autoridades brasileiras adotaram tom conciliador, negando o comprometimento das relações bilaterais, pois julgavam que as medidas teriam objetivos político-eleitorais vinculados ao referendo da nova constituição equatoriana, em votação naquele momento. Aprovada a constituição, entretanto, Lula e Correa não lograram a realização de um acordo. Por fim, a construtora brasileira acabou por aceitar integralmente os termos impostos pelo governo do Equador, mas este não voltou atrás em sua decisão. Em específico, a Odebrecht consentiu em depositar US\$ 43 milhões a título de garantia, enquanto a auditoria internacional que avalia o caso não decidisse sobre as responsabilidades incorridas. A empresa aceitou ainda arcar com os custos de reparação e estender a garantia das obras por mais um ano, assumindo o ônus que repousaria também sobre as duas outras empresas do consórcio (Alstom e Vatech), que se recusaram a aceitar as condições do governo equatoriano.

Analisando-se as condições do empréstimo concedido pelo BNDES, chegou-se à conclusão de que o não-pagamento pelo Equador seria improvável. Em primeiro lugar, porque o inadimplemento da dívida colocaria o Equador em “*default*” perante os mercados financeiros – vez que papéis da dívida já haviam sido retransmitidos a terceiros –, o que teria o efeito de bloquear o acesso ao crédito ao país. Além disso, o Equador simplesmente não figura como devedor do empréstimo, já que este fora concedido em nome das empresas participantes do empreendimento. Por fim, o recebimento pelo BNDES estaria garantido pelo Convênio de Pagamentos de Crédito Recíproco (CCR), mecanismo da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) por meio do qual os bancos centrais da região responsabilizam-se solidariamente pelo pagamento das dívidas das empresas, em caso de inadimplemento.

Enquanto a sorte da Odebrecht e de seus representantes permanece irresoluta, novos problemas interferem na relação entre os dois países: desta vez, os interesses conflitantes dizem respeito a investimentos da Petrobrás. Em pleno processo de reformulação de seu modelo de exploração petrolífera, o Equador ameaçou nacionalizar jazidas de petróleo exploradas pela estatal brasileira. O motivo seria a resistência desta empresa em aderir a um novo acordo, que a transformaria em prestadora de serviços. Apesar das ameaças de nacionalização, a Petrobrás rejeita as mudanças, alegando que inviabilizariam comercialmente a atividade exercida. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, foi enfático ao ressaltar que a empresa somente deixará o Equador quando adequadamente indenizada pelos investimentos realizados. Ao que tudo indica, a

movimentação diplomática nas próximas semanas será intensa.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

BBC Brasil. *Odebrecht aceita condições do Equador* (02/10/08). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/printable/081001_odebrecht_cj_cq.shtml>. Acesso em: 11 out.08.

Folha de São Paulo. *Brasil cancela missão técnica ao Equador* (10/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=503364>. Acesso em: 11 out.08.

O Estado de São Paulo. *Correa expulsa Odebrecht do Equador e ocupa obras* (24/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=49863>. Acesso em: 11 out.08.

O Estado de São Paulo. *Equador ameaça dar calote no BNDES por obra da Odebrecht* (25/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=497754>. Acesso em: 11 out.08.

O Estado de São Paulo. *Planalto decide finalmente retaliar o Equador* (10/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=503361>. Acesso em: 11 out.08.

O Estado de São Paulo. *Saída de Petrobrás é iminente, dizem analistas* (10/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=503365>. Acesso em: 11 out.08.

O Estado de São Paulo. *Termos do contrato inviabilizam calote do governo equatoriano no BNDES* (27/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=498633>. Acesso em: 11 out.08.

O Globo. *Brasil adia missão sobre megaprojeto no Equador* (10/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=503457>. Acesso em: 11 out.08.

Brasil pede intervenção da OMC, entre medidas contra os impactos da crise sobre o comércio

Apesar de sustentar que a economia brasileira continua resistente para enfrentar o alastramento da crise iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América (EUA), o governo acena com diversas medidas a fim de resguardar os interesses nacionais. Entre elas, a iniciativa de solicitar à OMC que auxilie os exportadores dos seus países Membros a obter crédito junto ao mercado financeiro para as transações comerciais.

O Brasil foi o primeiro país a acionar a instituição, chamando a atenção para os impactos da crise sobre o comércio internacional de mercadorias. Na proposta enviada aos demais Membros da OMC, o país sugere que os bancos fornecedores de crédito ao comércio sejam convocados a rever as condições dos financiamentos e as análises de risco das concessões. Segundo o governo brasileiro, há uma distorção aparente na escassez de crédito para os exportadores, que figuram entre os que gozam de melhor capacidade creditícia. Além disso, os contratos nesse segmento têm prazo curto, em torno de 90 dias, e oferecem garantia física de alta liquidez, representada pelos produtos comercializados.

Frente ao pedido por mobilização da entidade, o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, anunciou a intenção de convocar uma reunião com os presidentes dos maiores bancos comerciais internacionais, bancos de investimento e de desenvolvimento regional, além de outras agências. O Fundo Monetário Internacional também deve ser solicitado a colaborar. O encontro está previsto para 12 de novembro, data que alguns representantes dos países consideraram muito longínqua frente à emergência da crise. Lamy acredita que o problema não se resume à falta de recursos, mas à dificuldade de acesso a eles, em função do aumento das taxas, que estão três vezes mais altas do que no mesmo período do ano passado.

A reunião com os bancos não será aberta aos Membros. Posteriormente, os países serão convidados a reunirem-se na esfera do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, a fim de debater as soluções levantadas durante o primeiro encontro.

Desde a falência do banco estadunidense Lehman Brothers, que deflagrou uma nova etapa da crise financeira, os prejuízos dos bancos têm atingido cada vez mais os setores produtores e exportadores em todo o mundo. A dificuldade em encontrar crédito parece estar no núcleo dos principais fatores que repercutem na atividade das empresas que vendem ao mercado externo. Os bancos parecem simplesmente não dispor

de dinheiro em caixa suficiente para as linhas de financiamento em geral, entre elas as destinadas à produção e exportação.

No Brasil, informações divulgadas pelo Banco Central em 1º de outubro apontaram queda de 50% no crédito à exportação disponível às empresas brasileiras na segunda quinzena de setembro. Apenas no dia 15 – primeiro dia útil após o anúncio da quebra do Lehman – investidores e filiais estrangeiros remeteram US\$ 1,3 bilhão aos países de origem, cifra 640% superior que a média diária de saída do mês. O valor dos empréstimos tomados para financiar as exportações na terceira semana do mês correspondeu a um quarto da média da primeira quinzena.

Autoridades do governo brasileiro buscam manifestar confiança no controle dos impactos. O presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto, declarou que existe uma contração na concessão de empréstimos para o comércio exterior, mas principalmente relacionado ao encurtamento dos prazos. Segundo ele, o banco, que é líder nos financiamentos nessa linha, continua atendendo aos pedidos, e a alta na taxa de juros é natural, em função do cenário geral.

O consumo também aponta sinais de retração, especialmente nos mercados estadunidenses e europeus. Essa perspectiva tem levado produtores a adiar planos de investimento, por temerem que a demanda nesses mercados esfrie. Essa realidade gera também apreensão de que vários dos produtos – especialmente chineses – que têm nos mercados daqueles países seus principais destinos, sejam desviados, então, para as economias emergentes. O Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, declarou que o Brasil encontra-se entre os previsíveis alvos desse redirecionamento no comércio internacional. Durante uma reunião ministerial realizada para discutir a questão com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi levantada a possibilidade de se fazer uso das medidas de defesa comercial para conter a chamada “invasão chinesa”.

O agronegócio, por outro lado, parece ser uma exceção entre os setores produtivos, por vislumbrar a oportunidade de obter maiores lucros em função da escalada do dólar – a moeda estadunidense bateu a marca dos R\$ 2,20 na última semana. Os embarques do setor em setembro tiveram aumento de 38,5%, somando US\$ 6,8 bilhões.

Entre as medidas internas que o governo planeja implementar com o propósito de minorar os impactos da crise, encontra-se um aumento significativo na liberação de verbas pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi

autorizado um incremento de R\$ 5 bilhões para financiar as operações de pré-embarque, os quais poderão ser utilizados tanto para bens de capital como para bens de consumo. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, destacou, entretanto, o caráter complementar das liberações em relação aos esforços realizados pelo governo para conter a repercussão da crise na economia brasileira.

Apesar do discurso otimista, unísono entre os representantes do governo em diversos setores, as apreensões de que os países exportadores de *commodities* sejam negativamente afetados pela queda na demanda em todo o mundo permanecem.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *BNDES amplia linhas de financiamento à exportação para suprir escassez de crédito no mercado.* (07/10/2008). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2008/not176_08.asp>. Acesso em: 02 out. 2008.

Folha online. “*Banco do Brasil diz que crise afeta crédito externo, mas não acende luz amarela.*” (24/09/2008). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u448382.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2008.

O Estado de São Paulo. *Importadores da Europa e Ásia já cancelam pedidos.* (30/09/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=499551>. Acesso em: 01 out. 2008.

O Estado de São Paulo. *Brasil pede e OMC convoca reunião de regras de crédito para exportação.* (10/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=503338>. Acesso em: 10 out. 2008.

O Estado de São Paulo. *Linha para exportação caiu à metade após quebra do Lehman.* (02/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=500429>. Acesso em: 02 out. 2008.

Valor Econômico. *Brasil e Argentina se armam para conter “invasão chinesa.”* (02/10/2008). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/se>>

lecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=500654>. Acesso em: 02 out. 2008.

Valor Econômico. *Brasil pede para a OMC examinar falta de crédito para exportadores*. (08/10/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=502587>. Acesso em: 08 out. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

UE propõe alterações ao Acordo de TI da OMC

A União Européia (UE) propôs, em 15 de setembro, uma expansão do Acordo de Tecnologia da Informação (ATI) da OMC, o que poderia afetar uma disputa em andamento contra as tarifas europeias aplicadas a produtos de TI.

De acordo com Peter Mandelson, Comissário de Comércio da UE, o ATI continua sendo uma referência para a liberalização desse mercado, mas corre o risco de ficar obsoleto já que não sofreu alterações que acompanhassem o desenvolvimento tecnológico de 12 anos. Afirma que é preciso uma atualização do ATI para adaptá-lo ao século XXI, a fim de que tanto consumidores quanto empresários possam ser beneficiados.

A UE propôs diversas alterações ao ATI: aumentar o número de produtos cobertos pelo acordo; recrutar mais países signatários; e estabelecer mecanismos que possibilitem manter o acordo sempre atualizado.

A proposta europeia foi apresentada três meses depois que Estados Unidos da América e Japão depositaram uma reclamação perante a OMC sobre o regime de tarifas imposto pela UE a alguns bens, que, na verdade, deveriam ser isentos de tarifas, de acordo com a versão atual do ATI. Em junho, Taiwan juntou-se ao grupo de reclamantes.

A disputa envolvia, inicialmente, três produtos: aparelhos de TV a cabo ou satélite com funções de Internet; tela plana para computador; e impressora com funções de *scanner*, copiadora e fax. Os países demandantes argumentam que tais produtos deveriam ser isentos de tarifas, mas o bloco europeu sustenta que o ATI não é aplicável quando as mudanças tecnológicas incorporam outras funções a determinado produto.

Embora a UE ainda não tenha apresentado a lista de produtos que espera incluir sob o ATI expandido, parece indicar que será dada prioridade a produtos multifuncionais.

Nos últimos 12 anos, o comércio internacional no setor de TI mais do que duplicou, sendo que os produtos de TI atualmente respondem por aproximadamente 20% das exportações mundiais de bens manufaturados.

O ATI, em vigor há mais de 11 anos, visa à expansão do comércio de produtos de TI e telecomunicações por meio da redução de tarifas alfandegárias. O tratado foi assinado por 43 Estados, os quais representam mais de 97% do comércio mundial de produtos de TI. O Brasil não é signatário desse acordo e mantém altas alíquotas de importação sobre esses produtos.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 30, 18 set. 2008.

Fontes consultadas:

Organização Mundial de Comércio. *Ministerial Declaration on Trade in Information Technology Products*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/itadec_e.pdf>. Acesso em: 19 set. 2008.

Valor Econômico. *UE planeja revisão de acordo na área de TI* (16/09/2008). Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=457138>>. Acesso em: 19 set. 2008.

Relatório da UNCTAD sobre investimentos avalia desempenho da América Latina

Estável e sem grandes tropeços, apesar da crise financeira: é assim que a performance dos investimentos na América Latina e Caribe (ALC) durante o ano de 2007 é avaliada pelo relatório *World Investment Report*, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês). Em níveis mundiais, o documento posiciona a região em segundo lugar em recepção de investimentos estrangeiros diretos (IED), com 6,9% do total, atrás da Ásia, com 13,6%. Contudo, o documento aponta que a região deverá enfrentar importantes desafios para fazer melhor proveito de capitais destinados a investimentos em infra-estrutura.

O relatório, que concentra sua análise nos setores de infra-estrutura (transporte, telecomunicações, água e eletricidade), identifica um crescimento de 36% nos fluxos de IED em direção à ALC durante 2007, alcançando um total de US\$ 126 bilhões. Os principais beneficiados por este novo impulso são Brasil, México e Chile. A América do Sul, em geral, favoreceu-se significativamente dos altos preços dos produtos básicos, registrando um crescimento de 66% nos investimentos, equivalentes a US\$ 72 milhões. A América Central e o Caribe também foram beneficiados, ainda que a indústria “maquiladora” (produção para a exportação) continue perdendo espaço para a concorrência asiática. Destacam-se, nesta região, México, Costa Rica e República Dominicana, nos setores imobiliário e de turismo.

De acordo com os dados apresentados pela UNCTAD, o setor primário foi o mais beneficiado pelos investimentos na ALC, com destaque para a mineração e a indústria extrativista. Por outro lado, o setor petroquímico atraiu níveis relativamente baixos de IED, o que se explica pela presença dominante ou exclusiva de empresas petrolíferas estatais em alguns dos principais produtores da região (como Brasil, Venezuela e México). Nos casos de Venezuela, Bolívia e Equador, especificamente, o mau desempenho é explicado por mudanças drásticas no regime tarifário e nas relações contratuais com firmas estrangeiras. No Brasil, destaque deve ser conferido aos investimentos em mineração, que aumentaram mais de 5 vezes em 2007, somando US\$ 3,3 bilhões.

Apesar da tendência de predominância dos investimentos no setor de produtos básicos, notou-se em 2007 um fortalecimento dos investimentos industriais, alimentados pelo aumento da demanda interna e externa. No Brasil, destacam-se os setores de metalurgia, alimentação, plástico e borracha, oleaginosos, biocombustíveis, celulose, e indústria química e mineradora. Brasil e México foram objeto das principais aquisições nos setores de aço e biocombustíveis. A indústria automotriz, por sua vez, continua representando um papel significativo na ALC, com destaque para o incremento da produção em Brasil, Argentina e México.

Em contrapartida, os fluxos de investimentos feitos pelos países da ALC no exterior diminuíram em 17%, a um total de US\$ 52 bilhões. Uma das causas foi a redução dos investimentos brasileiros no exterior - de US\$ 28 bilhões em 2006 para US\$ 7 bilhões em 2007 - ainda que o relatório aponte que os níveis de investimento do país no exterior estejam retornando à normalidade. Tal redução reflete o fato de que os investimentos foram destinados, em sua maioria, a projetos de novos empreendimentos (*greenfield*), ao invés de fusões e aquisições, principais receptoras de

investimentos brasileiros em 2006 – quando a aquisição da mineradora canadense Inco pela Vale do Rio Doce movimentou US\$ 17 bilhões, no maior investimento brasileiro já realizado no exterior.

Resta esperar para ver se, apesar da crise financeira, as previsões do relatório para o ano de 2008 serão confirmadas: suas estimativas são de crescimento do ingresso de IED na América do Sul, motivados pelo crescimento econômico e pelos altos preços das *commodities*.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5; N. 18, 7 out. 2008.

Fontes Consultadas:

UNCTAD. *World Investment Report*. Disponível em: <http://www.unctad.org/sp/docs/wir2008overview_sp.pdf>. Acesso em: 08 out. 08.

BREVES REGIONAIS

Congresso dos EUA poderá congelar acordos comerciais para 2008

Apesar dos esforços dos governos colombiano e panamenho para que seus Acordos de Promoção Comercial (TPAs, sigla em inglês) com os Estados Unidos da América (EUA) sejam aprovados no congresso estadunidense, tudo indica que qualquer negociação sobre acordos comerciais deverá ser prorrogada, vez que os legisladores dos EUA estão mais preocupados com as eleições presidenciais que ocorrerão em poucas semanas. Três acordos comerciais aguardam a aprovação do Congresso: EUA-Colômbia, Panamá e Coreia do Sul.

No entanto, os assuntos domésticos dos EUA, como as eleições presidenciais e a crise financeira, deverão ocupar toda a agenda do Congresso durante o próximo mês, deixando, portanto, pouco espaço para os temas comerciais.

O vice-presidente para assuntos econômicos internacionais da Associação Nacional de Manufatureiros, Frank Vargo, afirmou que se o Congresso não votar os acordos comerciais até o final do ano, possivelmente não serão aprovados em 2009, já que o novo presidente eleito e seus novos

legisladores levarão certo tempo para alcançar um consenso sobre os temas comerciais.

Por outro lado, Bill Reinsch, presidente do Conselho Nacional de Comércio Exterior, o qual representa empresas multinacionais nos EUA, permanece otimista. Reinsch argumenta que ainda é possível que legisladores aprove o acordo com Colômbia ou Panamá após as eleições e antes do final do ano.

A representante comercial dos EUA, Susan Schwab, pediu aos legisladores que procurem aprovar os acordos o mais rápido possível, vez que contribuiriam para reduzir ou até mesmo eliminar as tarifas aplicadas aos produtos estadunidenses exportados a esses países. Schwab afirmou, ainda, que a busca por maior abertura de mercado à entrada dos produtos e serviços estadunidenses contribui para que a economia dos EUA crie mais e melhores empregos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 12, N. 33, 8 out. 2008.

ATPDEA: possibilidade de suspensão da Bolívia

Na semana compreendida entre 28 de setembro e 3 de outubro, o Congresso estadunidense aprovou a extensão do Sistema Generalizado de Preferências (SGP) e a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, sigla em inglês), que beneficia Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A extensão foi outorgada de maneira diferenciada: por um ano para Colômbia e Peru; e por seis meses prorrogáveis para Bolívia e Equador. O projeto deve agora ser ratificado pelo Executivo.

ATPDEA: a Bolívia e o Executivo estadunidense

Para a Bolívia, a situação é mais complicada que para os demais sócios andinos, na medida em que a prorrogação depende que o Presidente George W. Bush certifique que a Bolívia está cumprindo seus compromissos de combate ao narcotráfico. Para o Equador, diferentemente, os seis meses devem ser prorrogados, a menos que se considere que o país não está cumprindo os critérios de elegibilidade.

O caso da Bolívia gerou grandes expectativas, pois a Representante Comercial dos Estados Unidos da América (EUA), Susan Schwab, em nota à imprensa emitida dois dias antes da votação na Câmara de Representantes, apresentou proposta do Presidente Bush de suspender a Bolívia como beneficiária da ATPDEA. Segundo sua avaliação, ao longo dos últimos 12 meses, a Bolívia mostrou-se incapaz de

implementar ações efetivas de combate ao narcotráfico.

Reações na Bolívia

O setor empresarial boliviano expressou preocupação com a possível suspensão dos benefícios da ATPDEA para a Bolívia, pois considera o mercado estadunidense insubstituível, haja vista sua alta capacidade de compra. Estima-se que as exportações bolivianas para os EUA aumentaram para US\$ 412 milhões em 2007, comércio do qual dependem cerca de 500 empresas de diversos setores.

O governo boliviano defende, no entanto, que, como diversos produtos ingressam no mercado estadunidense isentos de tarifa por meio do SGP, somente 17% das exportações bolivianas seriam afetadas por uma eventual suspensão da Bolívia da ATPDEA, o que equivaleria a US\$ 63,9 milhões. Além disso, o governo assegura que os legisladores da União Européia, que visitaram a Bolívia na semana anterior, estão dispostos a fazer com que o mercado europeu absorva a demanda por produtos bolivianos afetados pela medida estadunidense.

Por outro lado, o Instituto Boliviano de Comércio Exterior considera imperativo que a Bolívia demonstre maior intenção em cooperar com a luta contra o narcotráfico, caso contrário, dará razões para sua suspensão da ATPDEA.

Apesar disso, o Presidente boliviano, Evo Morales, tornou pública, em 2 de outubro, sua recusa à solicitação feita pelo Departamento de Combate às Drogas (DEA, sigla em inglês) dos EUA para sobrevoar o território boliviano. Morales afirmou que a eventual exclusão dos benefícios da ATPDEA nada mais é do que uma atitude “revanchista” por parte do governo estadunidense pela expulsão do embaixador dos EUA em meados de setembro passado. Por sua vez, o Vice-ministro de Comércio e Exportações da Bolívia, Huascar Ajata, manifestou que, em comparação aos demais países da Comunidade Andina, o desempenho da Bolívia no combate ao narcotráfico foi muito bom.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol 5, No. 18, 7 out. 2008.

Caminhos para a prosperidade nas Américas

Por ocasião da viagem de vários mandatários da América Latina a Nova York para participar da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente

estadunidense, Goerge W. Bush, lançou o que provavelmente será sua última iniciativa regional: *Caminhos para a Prosperidade nas Américas* (*Caminhos*).

Em 24 de setembro, os Presidentes dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros 11 países do continente americano (Canadá, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e República Dominicana) assinaram o documento que cria essa nova iniciativa, a qual classificaram como “um foro em que os líderes possam trabalhar para assegurar que os benefícios do comércio sejam extensamente repartidos”. No entanto, a efetividade da iniciativa deve ser avaliada à luz de alguns elementos relevantes, quais sejam: o término do atual mandato presidencial estadunidense, uma emergente crise financeira internacional e uma nova geografia política regional.

Ainda que, neste momento, a iniciativa *Caminhos* careça de medidas concretas, seus principais componentes evocam o inacabado projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A recente iniciativa do Presidente Bush conta com uma agenda e acordos econômico-mercantis e financeiros sob o pilar denominado “Competitividade e Prosperidade”. Contém, ainda, uma agenda complementar de caráter militar, relativa à luta contra o narcotráfico, o terrorismo e a migração ilegal.

As negociações em torno da ALCA, por sua vez, tiveram início em 1994. O acordo ambicionava criar uma única área de livre comércio entre as 34 economias da região, com o objetivo de eliminar progressivamente as barreiras ao comércio e aos investimentos. A iniciativa da ALCA, entretanto, fracassou em 2005, muito em parte devido às divergências envolvendo os EUA, que se recusaram a negociar o tema de subsídios agrícolas e suas práticas *antidumping* e, mesmo assim, demandaram abertura em propriedade intelectual, compras governamentais, investimentos, dentre outros temas. A liderança desempenhada pelo Brasil, a mobilização social e os interesses divergentes entre os países debilitaram irremediavelmente um possível consenso. Caso a evolução da iniciativa *Caminhos* ocorra em termos similares àqueles da ALCA, provavelmente se defrontará com os mesmos desafios, além daqueles que podem surgir a partir da nova geografia política regional.

A luta pelas palavras

A atual crise financeira em *Wall Street* colocou em xeque o sistema financeiro estadunidense e internacional, os contribuintes e o governo. É difícil saber como a iniciativa *Caminhos* – que espera, entre

outras coisas, promover o desenvolvimento social e atacar as desigualdades regionais – colocará em prática tais objetivos, vez que se encontra destituída de quaisquer mecanismos de implementação específicos atualmente.

Por outro lado, em um ano eleitoral como este, as palavras adquirem uma importância sem par. Talvez para ganhar um pouco do terreno dos democratas, o Presidente Bush e outros funcionários do atual governo estão empregando termos como “comércio justo” e “justiça econômica e social” para se referir à iniciativa *Caminhos*. Thomas Shannon, secretário assistente do Estado para o Hemisfério Ocidental, insistiu, durante entrevista para o *Washington Post*, que o livre comércio, por si só, não é suficiente, sendo que, desacompanhado de prioridades de desenvolvimento social, beneficia apenas alguns, ao mesmo tempo em que piora as profundas desigualdades já existentes.

O momento, no entanto, exige pressa, e as prioridades de desenvolvimento social, econômico, produtivo e ambiental exigirão não somente palavras, mas também consensos, políticas efetivas e recursos financeiros.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol 5, No. 18, 7 out. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

14 de outubro

Reunião do Conselho Geral

16 de outubro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

Reunião do Comitê sobre Acesso a Mercados

16 e 17 de outubro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento – Sessão dedicada aos Tratados Regionais de Comércio

17 de outubro
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento
– Sessão sobre *Aid for Trade*

20 de outubro
Reunião do Comitê sobre Licenças de Importação

21 de outubro
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

22 de outubro
Reunião do Subcomitê sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo

22 e 24 de outubro
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais
– Noruega

23 de outubro
Reunião do Comitê sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio

24 de outubro
Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Acesso do Iêmen

27 de outubro
Reunião Informal do Comitê sobre Práticas *Antidumping*

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

14 a 16 de outubro

Conferência Internacional *Como os pobres são afetados pelo comércio?*
Nova Delhi, Índia

19 de outubro
Reunião para a coordenação das iniciativas da UNCTAD no campo do turismo de desenvolvimento sustentável para os países africanos de língua francesa
Bamako, Mali

21 de outubro
Mesa Redonda para discussão sobre o futuro das questões relativas ao Acordo TRIPS na Rodada de Doha
Genebra, Suíça

26 de outubro
Treinamento sobre questões-chave da agenda econômica internacional
Manama, Bahrain

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

14 de outubro
Reunião Virtual da Comissão Intergovernamental Gestão de Riscos e Vulnerabilidades

14 a 16 de outubro
LXXVI Reunião do Comitê de Cooperação Técnica
Montevidéu, Uruguai

CIV Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul
Montevidéu, Uruguai

16 de outubro
Reunião Mercosul - Egito
Cairo, Egito

20 e 21 de outubro
Reunião Técnica Aduanas/Cultura
São Luis, Brasil

20 a 24 de outubro
Reunião do Comitê Técnico nº 1 - Reunião Plenária e de Nomenclatura
Rio de Janeiro, Brasil

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

15 de outubro
Seminário Latino-americano de Contas Nacionais

Seminário Avaliação do potencial econômico para a mitigação das mudanças climáticas em cinco países da América Latina e Caribe

21 de outubro
Seminário Energia e Sustentabilidade: Uma Visão do Futuro

23 de outubro
VIII Reunião do Comitê Executivo da Conferência Estatística das Américas da CEPAL

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

14 a 16 de outubro
Fórum Mundial do Conhecimento
Seul, Coréia

15 e 16 de outubro
Conferência Parcerias para a Inclusão Social
Melbourne, Austrália

20 de outubro
Seminário Turquia no caminho para a Europa –
Desafios e perspectivas econômicas
Bruxelas, Bélgica

20 e 21 de outubro
Reunião Anual de Especialistas em Desenvolvimento Sustentável
Paris, França

Conferência Mini-ministerial Euro-africana sobre Migração e Desenvolvimento
Paris, França

Reunião do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento – revisão dos pares sobre a Noruega
Paris, França

22 a 24 de outubro
III Semana Internacional da Energia
Moscou, Rússia

IX Reunião Anual do Fórum Ibero-americano
Sevilha, Espanha

development”. A palestra será ministrada por Itaru Yasui, Professor Emérito da Universidade de Tóquio. O evento ocorrerá em 14 de outubro de 2008, às 16h, no Auditório Prof. Francisco Romeu Landi, localizado na Escola Politécnica, Edifício Eng. Mário Covas Jr., à Av. Luciano Gualberto, travessa 3 (Cidade Universitária), São Paulo. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por e-mail: <cgj-cultural4@arcstar.com.br>.

Áudio do “WTO Public Forum” da OMC já está disponível

Os materiais em áudio de todas as sessões da edição de 2008 do Fórum Público da OMC (“WTO Public Forum”) foram disponibilizadas para acesso em: <http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum08_e/programme_e.htm>.

Análise de política comercial da República da Coréia

A OMC publicou, no início de outubro, a Análise de Política Comercial (*Trade Policy Review*, TPR) da República da Coréia. O relatório pode ser acessado na íntegra em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/korea_a_republic_e.htm>.

Concurso universitário de arbitragem comercial internacional

O Centro de Arbitragem do México (CAM) está promovendo a oitava edição do Concurso Inter-universitário de Arbitragem Comercial Internacional, inspirado no modelo do tradicional *Moot*, de Viena. O objetivo do concurso é oferecer aos participantes a oportunidade de familiarização com a arbitragem, por meio da preparação e defesa de um caso concreto perante especialistas nesse mecanismo de solução de controvérsias comerciais. A data limite de inscrição é 24 de outubro. O caso hipotético, bem como as etapas e as bases sobre as quais ocorrerá o concurso estão especificadas em: <<http://www.camex.com.mx/concurso/>>.

IX Congresso Nacional de Ciência Política na Argentina

A Sociedade Argentina de Análise Política (SAAP), a Universidade Nacional do Litoral e a Universidade Católica de Santa Fé abriram convocatórias para o IX Congresso Nacional de Ciência Política, cujo tema será: “Centros y periferias: equilibrios y asimetrías en las relaciones de poder”. O evento, que ocorrerá entre os dias 19 e 22 de agosto de 2009, receberá propostas de trabalho que se insiram em alguma das seguintes áreas: Relações Internacionais; Estado, Administração

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Palestra sobre política de mudanças climáticas do Japão

O Consulado do Japão promoverá palestra intitulada “The Japan’s Climate Change Policy: The realization of a low-carbon society: The consistency of the environmental preservation and the economic

e Políticas Públicas; Opinião Pública, Comunicação Política e Comportamento Eleitoral; Teoria, Filosofia e História Política; Política Comparada; Instituições Políticas; e Metodologia e ensino da Ciência Política. As propostas de trabalho podem ser enviadas até 1º de abril de 2009. Para mais informações sobre os procedimentos relativos a inscrições e envio de propostas, acessar: <<http://www.saap.org.ar>>.

Políticas para biocombustíveis sustentáveis

Segundo artigo publicado na *Revista Science*, em 3 de outubro, por um grupo internacional de especialistas em biocombustíveis, agronomia, economia e biologia, combustíveis à base de celulose, produzidos a partir de partes tradicionalmente não-consumíveis de plantas, possuem potencial para constituir uma alternativa importante aos combustíveis fósseis e mesmo ao etanol à base de grãos (como soja e milho). Entre os 23 pesquisadores que assinam o texto estão dois brasileiros: José Goldemberg (Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo) e Philip Fearnside (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). O artigo "Sustainable biofuels redux", de Phil Robertson e outros, pode ser lido por assinantes da *Science* em <<http://www.sciencemag.org>>.

Plano Nacional de Mudança Climática está disponível

Os Ministros da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e do Meio-Ambiente, Carlos Minc, apresentaram, em 25 de setembro, o Plano Nacional de Mudança Climática. O documento está disponível para consulta pública até 31 de outubro. O governo passará, a partir dessa data, a trabalhar na versão final do Plano, que será apresentada no final de novembro, antes da realização da próxima Conferência do Clima da ONU, a qual ocorrerá em Poznan, Polônia, em dezembro de 2008. O texto disponível para consulta foi elaborado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), constituído por representantes de 16 ministérios e integrantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Dentre as ações previstas no Plano, destacam-se: o aumento da participação das fontes renováveis e de energias limpas na matriz energética do Brasil; a redução no consumo de energia; a redução nas emissões de gases no setor de petróleo; a conservação de biomas; o aumento da sustentabilidade da agropecuária; e a melhoria do desempenho da indústria, da gestão de resíduos e do setor de transportes. O documento pode ser acessado em: <<http://www.mct.gov.br>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

